



Conselho de Opinião

Parecer

Relatório e Contas da RTP S.A. relativo ao exercício de 2008

Ao Conselho de Opinião (CO), criado nos termos e para os efeitos previstos no art. 5º da Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro, em conformidade com as alíneas b) e c) do art. 22.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, (RTP, S.A.), compete apreciar o Relatório e as Contas da Sociedade.

Tendo os documentos sido submetidos pelo respectivo Conselho de Administração (CA), que também sobre eles foi ouvido e analisada a documentação apresentada, o CO emite sobre o Relatório e as Contas do Exercício do Ano de 2008 da RTP, S.A. o seguinte Parecer:

A – Do Relatório

I. Introdução

1. O CO louva a circunstância de o Relatório e as Contas de 2008, correspondente ao primeiro ano completo da responsabilidade do actual Conselho de Administração (CA), se apresentar com inegável coerência metodológica, ainda que, aqui e ali, pontuado por uma ou outra nota menos precisa.

Se ainda não se atingiu o modelo que o CO preconiza e recomenda, sem dúvida que foi dado um importante passo nesse sentido, o que se deve fazer ressaltar.

2. O CO entende dever chamar a atenção para que, tanto na apresentação dos conteúdos da Televisão como nos da Rádio, não surge uma única nota crítica nem nenhuma indicação de algo a melhorar ou a aprofundar.

30-03-2009 11:11

Av. Marvêlhi Gomes da Costa, nº 37
1849-026 Lisboa
Portugal
Tel.: (+351) 217 947 000
Fax: (+351) 217 947 570

R. Construção Ferriades, nº 755
4434-519 Vila Nova de Gaia
Portugal
Tel.: (+351) 227 156 006
Fax: (+351) 227 156 072

R. Castelo Branco
9500-761 Ponta Delgada
Portugal
Tel.: (+351) 296 201 100
Fax: (+351) 296 201 120

Camónio de S.º António, nº 145
9024-500 Funchal
Portugal
Tel.: (+351) 291 709 100
Fax: (+351) 291 741 859



3. O Relatório teria ficado também significativamente enriquecido se fosse introduzido um enquadramento inicial com a envolvente macroeconómica onde fosse referida a evolução do sector do audiovisual e do próprio mercado publicitário, bem como uma reflexão estratégica enquanto Grupo Empresarial de Comunicação Social Público que, não sendo nem podendo ser uma mera soma de canais e antenas, tem particulares responsabilidades na Sociedade Portuguesa decorrentes dos Contratos de Concessão.
4. Deveria ter sido justificado o critério seguido para seleccionar as «figuras públicas» que serão retratadas na RTP2; e indicadas as fontes referentes às audiências da RTP e da RDP.
5. De qualquer modo, e ainda que tal não esteja expressamente referido, o Relatório dá corpo a algumas das recomendações feitas reiteradamente pelo CO no sentido de o documento referir e explicitar quais as acções que desenvolveu para dar cumprimento às obrigações decorrentes dos Contratos de Concessão, o que torna a leitura mais facilitada e produtiva.
O passo seguinte deverá ser a identificação clara e coerente de critérios de qualidade, uma melhor identificação dos géneros emitidos, dos custos de grelha por canal, as inovações introduzidas e a ligação dos programas aos diferentes tipos de públicos.

Passemos à análise mais detalhada ao trabalho desenvolvidos em 2008.

II. Quanto à Televisão - Canais Generalistas

Há no Contrato de Concessão para a televisão obrigações que, pela sua importância, são merecedoras de especial atenção, nomeadamente no que respeita à programação infantil e juvenil.

Com efeito, segundo o Contrato de Concessão, deve o Grupo RTP, S.A. proceder ao:

“desenvolvimento de estudos necessários ao lançamento de:

Área de Gestão

Av. Marechal Gomes da Costa, nº 37
1849-030 Lisboa
Portugal

Tel.: (+351) 212 947 998
Fax: (+351) 212 947 976

R. Conceição Fernandes, nº 756
4434-510 Vila Nova de Gaia
Portugal

Tel.: (+351) 227 154 000
Fax: (+351) 227 154 022

R. Castelo Branco
9599-761 Ponta Delgada
Portugal

Tel.: (+351) 296 201 190
Fax: (+351) 296 201 120

Camimão de São Antão, nº 145
9924-500 Funchal
Portugal

Tel.: (+351) 291 709 100
Fax: (+351) 291 741 859



- a) um serviço de programas que procure satisfação das necessidades educativas e formativas do público infantil e juvenil; e/ou
- b) um serviço de programas destinado a promover o acesso às diferentes áreas do conhecimento”;

acrescentando ainda, como procedimento e metas, que: “a apresentação de uma programação diversificada que reflecta nos seus conteúdos os interesses das diferentes faixas etárias que integram o público infanto/juvenil, nomeadamente através de programação que fomente a sua capacidade de reflexão e o seu sentido crítico”.

Ora, sobre estas obrigações, o Relatório nada diz sobre o que tenha sido, objectivamente, realizado, sendo que a importância da matéria o justificava.

RTP 1

1. Percebe-se a estratégia de assentar o modelo de emissão na *Informação*, na *Ficção Nacional*, no *Entretenimento* e nos *Eventos*, apesar de estes, em alguns dos casos enumerados, não serem mais do que um capítulo da *Informação* ou do *Entretenimento*. A questão fundamental que se coloca, e sobre a qual importa reflectir, tem que ver com a qualidade dessa programação.

Para além disso, sem discutir o mérito de alguma da *Ficção Nacional*, o que nos foi apresentado durante 2008 é mais a expressão das obrigações decorrentes do Protocolo realizado com o Ministério da Cultura para apoio ao Cinema Português do que uma estratégia verdadeiramente autónoma de, a partir de realidades sociais, históricas ou culturais, se realizarem produções de iniciativa própria que reflectam preocupações da sociedade portuguesa, dinamizando a produção e a criatividade nacionais.

2. De futuro, é indispensável que o Relatório torne mais explícita e sistematizada a verificação das obrigações constantes do Contrato de Concessão, nomeadamente no que se refere à existência, no primeiro serviço de programas generalista de âmbito nacional, dos “*espaços regulares com grandes espectáculos culturais e artísticos, em directo ou*



diferido, designadamente óperas, concertos, peças teatrais, bailados e outras artes performativas”.

3. Uma última nota sobre o gráfico relativo aos tempos de programação por géneros em 2008.

Será necessário saber o que está contido nos géneros “programas musicais e eruditos” e “informação desportiva” que correspondem, respectivamente, a 27% e 5% da programação.

Será também útil conhecer qual é a percentagem que cabe ao futebol quando se refere a informação desportiva.

RTP 2

Sendo evidente na RTP2 a aposta no documentário e o esforço de qualificação dos Parceiros que reflectem o envolvimento da Sociedade Civil bem como a qualidade de alguns dos conteúdos exibidos, a verdade é que, para o CO, se está longe de atingir aquilo que se espera e deseja que seja feito enquanto segundo serviço de programas generalista de âmbito nacional. Com o número de horas de emissão que possui e a cobertura nacional que atinge, onde estão os programas que reflectam a cultura, a música, o teatro, a dança, as artes plásticas portuguesas?; ou os programas próprios sobre o ambiente e a defesa do consumidor?. Surpreende, por outro lado, que o género “programas musicais e eruditos” ocupe apenas 3% na emissão da RTP2, segundo o gráfico apresentado.

Repare-se, igualmente, que, entre os 109 filmes exibidos em 2008, apenas 15 foram portugueses, ou seja, menos de 15%.

Não é assim que se promove a divulgação da cinematografia portuguesa.

A RTP2, com o seu estatuto de segundo canal generalista, não tem que estar condenada, nem tal significa que tenha que ser, ou vir a ser, um canal de segunda.

II. Quanto à Televisão - Canais Temáticos

021210171 107

Av. Marechal Gomes da Costa, nº 37
1849-030 Lisboa
Portugal

Tel.: (+351) 217 947 000
Fax: (+351) 217 947 076

R. Conceição Fernandes, nº 755
4434-510 Vila Nova de Gaia
Portugal

Tel.: (+351) 227 156 000
Fax: (+351) 227 156 072

R. Castelo Branco
9500-761 Ponta Delgada
Portugal

Tel.: (+351) 296 201 100
Fax: (+351) 296 201 120

Caminho de S.º António, nº 145
9024-500 Funchal
Portugal

Tel.: (+351) 291 709 100
Fax: (+351) 291 741 859





plataformas Web ou Internet, se se correr o risco de perderem o público que tradicionalmente as ouvia.

Que seja do conhecimento do CO, ou que lhe tenha sido presente, continua a não existir um estudo detalhado que diga quais são os públicos das diversas Antenas. Esse estudo seria indispensável para perceber se o tipo de conteúdos apresentado é o mais adequado a esses públicos. Este será um investimento que urge concretizar.

Daí que pareça extemporânea a afirmação produzida na pag.43 do Relatório, segundo a qual: «Desenvolveu-se o processo de aproximação de conceitos jornalísticos e de linguagem, nomeadamente na Antena 2 e na Antena 3, revendo a programação informativa distribuída por estes canais e adequando-a melhor aos seus públicos, o que foi conseguido em pleno na Antena 3 e parcialmente na Antena 2».

IV. Quanto aos Canais e Antenas Internacionais

O modelo de Antenas e Canais Internacionais está inteiramente esgotado.

Nem a RTP1 nem a RDPI são hoje a Televisão e Rádio de Portugal para o Mundo.

2008 foi mais um ano de desinvestimento e de incapacidade para se criar um modelo alternativo.

As razões e as justificações que estão na origem da criação dos actuais modelos não podem mais ser invocadas como fundamento para tudo se manter na mesma. Para novas necessidades há que encontrar novas soluções.

O Contrato de Concessão de Televisão (para não referir o Contrato de Concessão da Rádio, por tão desfasado que está) aponta obrigações que estão longe de ser cumpridas, e não o poderão ser sem alterar o modelo conceptivo e de funcionamento dos Canais (e das Antenas Internacionais).

V. Quanto aos Canais/Antenas Regionais

1. Face à sua actualidade, vale a pena recordar as recomendações feitas pelo CO em meados de 2008, na sequência da visita de uma sua Delegação às Regiões Autónomas.

Av. Marechal Gomes da Costa, n.º 37 1849-030 Lisboa Portugal Tel.: (+351) 217 947 000 Fax: (+351) 217 947 370	R. Conceição Fernandes, n.º 755 4434-510 Vila Nova de Gaia Portugal Tel.: (+351) 227 156 000 Fax: (+351) 227 156 072	R. Casaleiro Branco 9500-763 Ponta Delgada Portugal Tel.: (+351) 296 201 100 Fax: (+351) 296 201 120	Caminho de S.º António, n.º 145 9024-509 Funchal Portugal Tel.: (+351) 291 709 100 Fax: (+351) 291 741 859
---	--	--	--





Assim, para o Centro Regional dos Açores recomendou-se:

1. "A urgente reestruturação do Centro Regional e a resolução do problema das "correspondentes de Ilha";
2. A preparação de um adequado Plano de Formação, a todos os níveis, com o apoio de recursos da Empresa disponíveis no Continente;
3. O estudo de eventual criação de uma extensão local da direcção comercial, que crie condições para a autonomização da publicidade regional, como o objectivo de uma melhoria de receita, e para uma maior divulgação das actividades económicas e sociais regionais;
4. O imediato reequipamento do Centro Regional, especialmente na televisão;
5. Uma maior autonomia administrativa e financeira do Centro Regional, com a consequente responsabilização pelo cumprimento dos objectivos financeiros orçamentados;
6. O fomento da produção local e a sua utilização para uma maior ligação entre as Ilhas e a Região com a sua Diáspora (incluindo o Continente)";

e para o Centro Regional da Madeira recomendou-se:

1. "Que se proceda, com urgência, ao estudo da implantação, num só edifício, do Centro Regional, com a modernização do seu equipamento, que permita mais e melhor produção regional;
2. Que se prepare um plano estratégico de formação, com recurso a quadros disponíveis na empresa;
3. Que se promova a existência de uma extensão local da direcção comercial para potenciar receitas e ajudar à dinamização económica e social regional;
4. Que se atenda à necessidade de as emissões regionais serem vistas e ouvidas no Continente e na diáspora, através da RDP Internacional e da RTP Internacional, em horário adequado".

De todas estas Recomendações, e outras sugestões então feitas, só duas ganharam expressão.

A primeira, quando é referido que houve "avanços na concepção do Plano de Emergência RTP,

www.rtp.pt	Av. Marechal Gomes da Costa, nº 37 1849-030 Lisboa Portugal	R. Conceição Fernandes, nº 755 4324-519 Vila Nova de Gaia Portugal	R. Castelo Branco 9300-761 Ponta Delgada Portugal	Caminho de São Antão, nº 145 9024-500 Funchal Portugal
	Tel.: (+351) 217 947 600 Fax: (+351) 217 947 576	Tel.: (+351) 227 156 000 Fax: (+351) 227 156 072	Tel.: (+351) 296 201 100 Fax: (+351) 296 201 120	Tel.: (+351) 291 709 100 Fax: (+351) 291 741 859





(como) resposta provocativa da rádio e televisão pública nos Açores à natureza sismo-vulcânica do arquipélago, (sendo) objectivo ... preparar uma situação de desastre natural. O serviço público ganha a mais valia de parceiro da Protecção Civil"; a segunda, prende-se com as acções de formação, que viriam a iniciar-se no final de 2008, inícios de 2009.

2. A grande questão das Antenas e dos Canais Regionais tem que ver com um problema mais profundo que se prende com o seu modelo conceptual.

O CO manifesta a sua preocupação por não ser apontada uma linha orientadora que, dentro do espírito e da obrigação constitucional de garantir a coesão nacional, aponte para o novo papel que, na actual conjuntura em que existem todos os canais e antenas nacionais nas Regiões Autónomas através do cabo, deva passar a competir aos Canais e Antenas regionais.

Torna-se necessário dotá-los de meios, equipamentos e recursos humanos para que possam produzir autonomamente para as Regiões de que fazem parte, para o Continente Português e para a diáspora portuguesa no mundo.

VI. Quanto à Informação:

Lembra-se, novamente, o que diz o Contrato de Concessão para a Televisão sobre a Informação: "ela deve ser precisa, completa e contextualizada, imparcial e independente perante poderes públicos e interesses privados".

Mais do que o Relatório possa dizer que foi feito, importa a visão que os portugueses têm desta importantíssima obrigação de serviço público.

Se as audiências reflectirem a consciência que os portugueses têm da qualidade da informação prestada pelas antenas e canais de serviço público, então há que dar os parabéns aos seus profissionais, uma vez que cumpriram bem a sua obrigação.

Acredita-se, empiricamente, que não se vê ou ouve apenas por hábito, mas valeria a pena confirmá-lo. Este seria, seguramente, um bom inquérito a levar a cabo pela Empresa.

Há ainda algumas notas que o CO não pode deixar de fazer, a propósito da Informação:

- a) a necessidade de se tornarem claros os critérios jornalísticos na escolha e no alinhamento das notícias;

Av. Marechal Gomes da Costa, nº 37 1849-036 Lisboa Portugal Tel.: (+351) 217 947 000 Fax: (+351) 217 947 570	R. Conceição Fernandes, nº 755 4434-510 Vila Nova de Gaia Portugal Tel.: (+351) 227 156 000 Fax: (+351) 227 156 072	R. Castelo Branco 9500-761 Ponta Delgada Portugal Tel.: (+351) 294 201 100 Fax: (+351) 294 201 120	Caminho de São António, nº 145 9024-500 Funchal Portugal 8 Tel.: (+351) 291 709 100 Fax: (+351) 291 741 859
--	---	--	--



- b) a persistente baixa qualidade do português escrito e falado, apesar das sucessivas recomendações para que tal não aconteça;
- c) a repetição de imagens de arquivo sem referência a essa situação;
- d) a demasiada exposição que a Informação dá ao futebol nos seus noticiários;
- e) a ausência de uma informação regular de qualidade sobre assuntos económicos e financeiros;
- f) a falta (continuada) de um Livro de Estilo para a Rádio e a Televisão.

Mais um ano decorrido, verifica-se que as críticas e propostas desde CO mantêm a sua actualidade.

VII. Quanto às outras Obrigações de Serviço Público:

De ressaltar positivamente:

- evolução positiva do Arquivo Audiovisual e do Núcleo Museológico, importando agora definir com clareza as condições de acesso e utilização daquele;
- uma mais significativa formação, em termos de recursos humanos, internos e externos, na Empresa;
- conclusão de um Código de Ética.

De ressaltar negativamente:

- a) ausência de uma dinâmica de cooperação com o Brasil, o maior país de língua portuguesa;
 - b) “esquecimento” de que fazemos parte de uma União (Europeia) que nos deve conhecer melhor e a quem devemos também conhecer melhor;
 - c) falta de resposta ao relacionamento com a “EuroNews”;
- não apresentação da lista dos principais fornecedores de conteúdos.



5330791310 171

Av. Marechal Gomes da Costa, nº 37
1849-030 Lisboa
Portugal
Tel.: (+351) 217 947 000
Fax: (+351) 217 947 070

R. Conceição Fernandes, nº 755
4434-510 Vila Nova de Gaia
Portugal
Tel.: (+351) 227 156 000
Fax: (+351) 227 156 072

R. Castelo Branco
9500-761 Póvoa do Varzim
Portugal
Tel.: (+351) 296 201 100
Fax: (+351) 296 201 120

Caminho de Stº Antonio, nº 145
9024-500 Funchal
Portugal
Tel.: (+351) 291 709 100
Fax: (+351) 291 741 859



Quadro 1. Evolução dos proveitos e custos operacionais da empresa

Proveitos e Custos Operacionais:	2007(*)	2008(*)	Variação 2007/08	
	Realizado Milhões€	Realizado Milhões€	Em %	Milhões€
	(1)	(2)	(3)=((2)/(1)-1)*100	(4)=(2)-(1)
Proveitos Operacionais	314,9	298,4	-5,2	-16,5
Fundos públicos	240,3	227,5	-5,3	-12,8
Indemniz.Compensatórias	125,9	117,5	-6,6	-8,3
Contribuição RA	0,0			0,0
Contribuição Audiovisual	114,4	110,0	-3,9	-4,4
Proveitos Comerciais	74,6	70,9	-5,0	-3,7
Publicidade canal 1	54,2	51,5	-5,0	-2,7
Distribuição e Multimédia	10,8	11,1	2,8	0,3
Outros proveitos comerciais	9,6	8,3	-13,5	-1,3
Custos Operacionais	307,9	289,6	-6,0	-18,3
CMVC	108,6	101,1	-6,9	-7,5
FST	54,9	54,1	-1,5	-0,8
Pessoal	109,9	111,7	1,7	1,8
Amortizações	14,9	15,5	4,0	0,6
Provisões	2,0	2,1	5,0	0,1
Impostos indirectos	16,8	4,0	-76,2	-12,8
Outros custos	0,9	1,1	26,1	0,2
Resultado Operacional	6,9	8,8	26,8	1,9

Fonte: Relatório e Contas da RTP, S.A. 2008 (versão não definitiva)

Como é sabido, um dos problemas que subsiste na RTP, S.A. é o elevado grau de endividamento que, em 2008, se manteve praticamente ao mesmo nível de 2007, rondando os 880 milhões de euros de passivo bancário. O resultado financeiro, num quadro de



Av. Marechal Gomes da Costa, n.º 37
1849-030 Lisboa
Portugal
Tel.: (+351) 217 947 000
Fax: (+351) 217 947 570

R. Conceição Fernandes, n.º 755
4435-618 Vila Nova de Gaia
Portugal
Tel.: (+351) 227 156 000
Fax: (+351) 227 156 072

R. Castelo Branco
9500-761 Ponta Delgada
Portugal
Tel.: (+351) 296 201 100
Fax: (+351) 296 201 120

Caminho de São António, n.º 145
9024-500 Funchal
Portugal
Tel.: (+351) 291 709 100
Fax: (+351) 291 761 859



agravamento da taxa de juro ocorrida em 2008, em comparação com 2007, contribuiu para um agravamento importante dos resultados líquidos. De facto, os resultados operacionais, ainda que ligeiramente positivos, constituem apenas uma componente sem expressão face ao resultado financeiro da empresa, que em 2008 se apresentou negativo na ordem dos 61 milhões de euros, o que traduz um agravamento de 11 milhões de euros face ao ano anterior (ou seja, mais 23% face a 2007).

Esta situação tem como consequência o agravamento do resultado líquido, que passou de um prejuízo de 36 milhões de euros, em 2007, para 47 milhões de euros em 2008, o que corresponde a um acréscimo de prejuízo da ordem dos 30%.

Quadro 1. Evolução dos resultados da empresa, dos investimentos e do passivo bancário

	2007(*)	2008(*)	Variação 2007/08	
	Realizado Milhões€ (1)	Realizado Milhões€ (2)	Em % (3)=((2)/(1)-1)*100	Milhões€ (4)=(2)-(1)
Resultado Operacional	6,9	8,8	26,8	1,9
Resultado Financeiro	-49,5	-60,8	22,8	-11,3
Resultado extraordinário	6,7	5,5	-17,9	-1,2
Resultado Líquido	-36,1	-46,9	29,9	-10,8
Cash Flow Operacional	23,8	26,4	10,9	2,6
Investimentos	51,4	13,4	-73,9	-38,0
Amortizações	13,7	14,5	5,8	0,8
Passivo bancário	880,3	881,3	0,1	1,0
Médio e longo prazo	822,5	778,1	-5,4	-44,4
Curto Prazo	57,8	103,2	78,5	45,4

Fonte: Relatório e Contas da RTP, S.A. 2008 (versão não definitiva)

O Relatório e Contas de 2008 refere que "a comparação do passivo bancário com a previsão do ARF, exige a consideração da dotação de capital de 56 milhões de euros prevista no ARF para



regularização do passivo fiscal (que não foi ainda efectuada, apesar de a RTP ter regularizado a totalidade das dívidas fiscais em 2003) e do valor estimado (25 milhões de euros) da alienação de activos imobiliários do Lumiar e Monte da Virgem prevista no ARF, ainda não concretizada. Por outro lado, as previsões constantes no ARF estão afectadas por um plano de amortização da operação Eurogreen não correspondente à realidade da mesma e pela consideração de uma evolução do fundo de maneiio não compatível com as exigências da empresa".

Estas considerações exigem por parte do accionista Estado decisões adequadas e uma rápida implementação das mesmas, sob pena de a RTP, S.A. poder entrar de novo num ciclo de crescente degradação da económica e financeira, pondo em causa a própria existência do serviço público.

Uma questão que importaria analisar tem a ver com os termos do contrato de financiamento "Eurogreen". No enquadramento actual, de níveis muito baixos de taxas de referência como aquele que atravessamos, faria todo o sentido equacionar uma nova tentativa de renegociação das condições de financiamento no sentido de limitar a exposição da empresa a uma subida das taxas de juro como a que ocorreu em 2007 e, sobretudo, em 2008.

A segunda questão tem a ver com a recapitalização da Empresa com vista à redução do passivo de curto prazo já que seguramente será negociado com "spreads" muito superiores aos em vigor para os financiamentos de médio/longo prazo.

Aliás, é o crescimento do passivo de curto prazo o indicador mais preocupante que pode estar associado à questão do Fundo de Maneio (a aceleração do pagamento a fornecedores só deve ser feita se obtidos descontos comerciais em contrapartida) e à insuficiência de *cash flow* operacional (o actual tratamento das despesas de saúde e pensões de pessoal não activo pode gerar proveitos que não libertam caixa ou gerar saídas de caixa que não constituem prejuízos de exploração (independentemente do tratamento como operacionais ou extraordinários).

Constituindo uma execução orçamental bastante positiva, será legítimo questionar da sustentabilidade da manutenção de custos ao nível de um ano excepcional como foi o das comemorações dos 50 anos sem uma revisão do Acordo de Reestruturação Financeira, em

Av. Marechal Gomes da Costa, nº 37
1849-030 Lisboa
Portugal
Tel.: (+351) 217 947 000
Fax: (+351) 217 947 570

R. Conceição Fernandes, nº 755
4434-519 Vila Nova de Gaia
Portugal
Tel.: (+351) 227 156 000
Fax: (+351) 227 156 072

R. Castela Branco
9500-761 Póvoa Delgada
Portugal
Tel.: (+351) 296 201 100
Fax: (+351) 296 201 120

Caminho de S.º António, nº 145
9024-500 Funchal
Portugal
Tel.: (+351) 291 709 100
Fax: (+351) 291 741 859



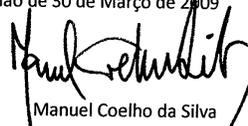


especial porque será difícil na actual conjuntura exigir à Empresa uma performance comercial em linha com as expectativas subjacentes àquele Acordo.

C – Do Parecer

Por todo o exposto, o Conselho de Opinião dá o seu parecer favorável ao Relatório e às Contas de 2008, tendo em conta as recomendações apresentadas.

Aprovado na Sessão Plenária do Conselho
de Opinião de 30 de Março de 2009


Manuel Coelho da Silva
(Presidente)

55330-711-01

Av. Marechal Gomes da Costa, nº 37
1849-030 Lisboa
Portugal

Tel.: (+351) 217 947 000
Fax: (+351) 217 947 570

R. Conceição Fernandes, nº 755
4424-510 Vila Nova de Gaia
Portugal

Tel.: (+351) 227 156 006
Fax: (+351) 227 156 072

R. Castelo Branco
9500-761 Ponta Delgada
Portugal

Tel.: (+351) 296 201 100
Fax: (+351) 296 201 120

Caminho de St.º Anónio, nº 145
9024-500 Funchal
Portugal

14
Tel.: (+351) 291 709 100
Fax: (+351) 291 741 859